

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf Glauber Corrêa NETIS Teles

**O Exército Brasileiro na pacificação dos complexos
do Alemão e da Penha: recomendações para a
Doutrina Militar Terrestre, contextualizadas no
Planejamento Baseado em Capacidades.**



Rio de Janeiro

2021

Cel Inf Glauber Corrêa NETIS Teles

“O Exército Brasileiro na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha: recomendações para a Doutrina Militar Terrestre, contextualizadas no Planejamento Baseado em Capacidades.”

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Inf RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

2021

T269e Teles, Glauber Corrêa Netis

O Exército Brasileiro na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha: recomendações para a Doutrina Militar Terrestre, contextualizadas no Planejamento Baseado em Capacidades. / Glauber Corrêa Netis Teles. — 2021.
39 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Ronald Alexandre Mandim de Oliveira.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 37-39

1. PACIFICAÇÃO. 2. GARANTIA DA LEI E DA ORDEM 3. COMPLEXOS DO ALEMÃO E DA PENHA. 4. DOCTRINA MILITAR TERRESTRE 5. PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES. I. Título.

CDD 355.4

Cel Inf Glauber Corrêa NETIS Teles

**“O Exército Brasileiro na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha:
recomendações para a Doutrina Militar Terrestre, contextualizadas no
Planejamento Baseado em Capacidades”**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em 18 de outubro de 2021

COMISSÃO AVALIADORA

RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA – Cel Inf - Me. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RENATO VAZ – Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOÃO LUIZ DE ARAUJO LAMPERT - Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Maior, por ter me concebido muita saúde, sabedoria e bênçãos, diariamente, para que pudesse concluir esse Curso nessa nova etapa da minha carreira. Muito Obrigado Senhor! Amém!

Ao senhor, Coronel RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA, agradeço pela orientação precisa, pelo incentivo e pela colaboração prestada por ocasião da confecção deste trabalho. Obrigado Coronel!

Aos meus falecidos pais, Odil Netis Teles e Maria Corrêa Netis Teles, e ao meu irmão, Odil Netis Teles Filho, por sempre terem me orientado, apoiado e acreditado no caçula da família. Vocês estão sempre no meu coração. Muito Obrigado Pai, Mãe e Mano!

À minha esposa Michelle Taveira Mendes de Vasconcellos e aos meus filhos, Carolina Taveira de Vasconcellos Corrêa Netis e Rafael Taveira de Vasconcellos Corrêa Netis, por sempre estarem presentes, auxiliando e confortando a minha vida, bem como pela paciência nos momentos em que foi necessário o meu afastamento. Vocês são meu Porto Seguro. Muito Obrigado! Amo vocês!

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade apresentar os ensinamentos colhidos durante a atuação do EB na pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha, particularmente nas Operações ARCANJO I, II, IV e VII. Após isso, buscou-se correlacionar esses aprendizados com o PAB/GLO (EB70-PP-11.012 - 2013), com o PROGRAMA DO ESTÁGIO GERAL DE OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (Op GLO) PARA OFICIAIS E SARGENTOS, ministrado pelo CIOU, bem como com o CATÁLOGO DE CAPACIDADES DO EXÉRCITO, de modo a concluir sobre o aproveitamento das lições aprendidas em tela na preparação da Força Terrestre (F Ter) para as Op GLO. Finalizando, elaboraram-se recomendações para a DMT, baseadas nas Capacidades Militares Terrestres (CMT) e suas Capacidades Operativas (CO), onde constatou-se que as Op GLO enquadram-se em todas as CMT e na grande maioria das CO. Para atingir tal objetivo, o trabalho foi estruturado em oito capítulos. Os capítulos iniciais apresentam as generalidades, a delimitação do tema, o problema, a justificativa, as contribuições que poderão advir, os objetivos do trabalho, seguidos de hipóteses e por fim os procedimentos metodológicos. Os capítulos subsequentes tratam do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) e do Exército Brasileiro nas Op GLO, contendo o histórico, a legalidade, a doutrina para GLO, os pressupostos básicos, a capacitação e o treinamento. Prosseguindo, continua abordando a Força de Pacificação (F Pac) ARCANJO, incluindo os Antecedentes, a Área Operacional, a Composição dos meios da F Pac, bem como as Lições Aprendidas. Os últimos capítulos apresentam as recomendações do autor, no contexto das CMT e CO, para a atuação da tropa em Op GLO, bem como a síntese e a conclusão do estudo. A estratégia do trabalho baseou-se em pesquisa documental sobre o emprego da F Ter na preservação da ordem pública naquelas comunidades, fundamentando-se nos relatórios apresentados pelas Grandes Unidades empregadas, bem como no relatório final do Comando Militar do Leste (CML), da mesma forma que foi complementado pelo estudo bibliográfico e, particularmente, pela documentação legal e vigente que abarca as Op GLO.

Palavras-chave: Segurança Pública, Garantia da Lei e da Ordem, Força de Pacificação, Operação ARCANJO, Lições Aprendidas, Planejamento Baseado em Capacidades.

RESUMEN

El propósito de este trabajo fue presentar las lecciones aprendidas durante el trabajo de la EB en la pacificación de Complexos do Alemão y Penha, particularmente en las Operaciones ARCANJO I, II, IV y VII. Posteriormente, buscamos correlacionar estas lecciones con el PAB / GLO (EB70-PP-11.012 - 2013), con el PROGRAMA DE LA ETAPA GENERAL DE OPERACIONES DE LEY Y ORDEN GARANTIZADO (Op GLO) PARA OFICIALES Y SARGENTOS, impartido por CIOU, también como CATÁLOGO DE CAPACIDADES DEL EJÉRCITO, con el fin de concluir sobre el uso de las lecciones aprendidas en pantalla en la preparación de la Fuerza Terrestre (F Ter) para la Op GLO. Finalmente, se elaboraron recomendaciones para el DMT, con base en las Capacidades Militares Terrestres (CMT) y sus Capacidades Operacionales (CO), donde se encontró que el Op GLO encajaba en todas las CMT y en la gran mayoría de las CO. Para lograr este objetivo, el trabajo se estructuró en ocho capítulos. Los capítulos iniciales presentan las generalidades, la delimitación del tema, el problema, la justificación, las aportaciones que puedan surgir, los objetivos del trabajo, seguidos de hipótesis y, finalmente, los procedimientos metodológicos. Los capítulos siguientes tratan de la planificación basada en capacidades (PBC) y el ejército brasileño en Op GLO, que contienen la historia, legalidad, doctrina de GLO, supuestos básicos, desarrollo de capacidades y capacitación. Adelante, continúa abordando la Fuerza de Pacificación (F Pac) ARCANJO, incluidos los antecedentes, el área operativa, la composición de los activos de F Pac, así como las lecciones aprendidas. Los últimos capítulos presentan las recomendaciones del autor, en el contexto de CMT y CO, para el desempeño de las tropas en Op GLO, así como la síntesis y conclusión del estudio. La estrategia de trabajo se basó en la investigación documental sobre el uso de F Ter en la preservación del orden público en esas comunidades, con base en los informes presentados por las Grandes Unidades empleadas, así como en el informe final del Comando Militar de Oriente (CML), de la misma forma que se complementó con el estudio bibliográfico y, en particular, con la documentación legal y vigente que cubre la Op GLO.

Palabras clave: seguridad pública, aplicación de la ley y el orden, fuerza de mantenimiento de la paz, operación ARCANJO, lecciones aprendidas, planificación basada en capacidades.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
Armt	Armamento
A Pac	Área de Pacificação
Bda Op Esp	Brigada de Operações Especiais
Bld	Blindado
Btl	Batalhão
BI Pqdt	Batalhão de Infantaria Paraquedista
Cmt	Comandante
CMT	Capacidade Militar Terrestre
CO	Capacidade Operativa
DOFEsp	Destacamento de Operações de Forças Especiais
DQBRN	Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear
EEl	Elementos Essenciais de Inteligência
Esqd Cav	Esquadrão de Cavalaria
EB	Exército Brasileiro
F Adv	Força Adversa
F Pac	Força de Pacificação
F Ter	Força Terrestre
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GU	Grande Unidade
IGTAEx	Instruções Gerais para o Tiro das Armas do Exército
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PBCVU	Posto de Bloqueio de Controle de Via Urbana

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	METODOLOGIA.....	11
3.	PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES.....	12
4.	O EXÉRCITO NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.....	14
4.1	BREVE HISTÓRIA.....	14
4.2	LEGALIDADE.....	14
4.3	DOCTRINA PARA GLO.....	15
4.4	PRESSUPOSTOS BÁSICOS.....	15
4.5	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.....	16
5.	FORÇA DE PACIFICAÇÃO ARCANJO.....	18
5.1	ANTECEDENTES.....	18
5.2	ÁREA OPERACIONAL.....	19
5.3	COMPOSIÇÃO DOS MEIOS.....	21
6.	LIÇÕES APRENDIDAS DAS OPERAÇÕES ARCANJO.....	22
7.	RECOMENDAÇÕES.....	25
8.	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Catálogo de Capacidades do Exército, as capacidades militares terrestres e as capacidades operativas visam à manutenção de um permanente estado de prontidão para o atendimento das demandas de segurança e defesa do País, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento e o bem-estar social. Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB), em seu processo de transformação, vem adquirindo novas capacidades e aperfeiçoando as existentes, permitindo-o que esteja ajustado às necessidades decorrentes das tarefas e missões que deverá executar nas próximas décadas.

Com o agravamento das crises sociais, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) têm aumentado de importância para o EB nos últimos anos, deixando de serem consideradas como atividade complementar e sendo tratadas com mais ênfase e cuidado do que no passado recente.

Como consequência dessa situação, LIMA (2012) destaca que no final do ano de 2010, o Rio de Janeiro enfrentava gravíssimos problemas ligados à segurança pública, como roubo de automóveis, arrastões, assaltos a ônibus, balas perdidas, tráfico de armas, dentre outros. Nesse cenário, o Complexo do Alemão era considerado o entreposto ou o quartel-general do crime organizado, onde se homiziaram mais de uma centena de marginais e os chefes do crime mais procurados pela polícia do Estado do Rio de Janeiro, à época.

No final do mês de novembro de 2010, após o cerco e invasão dos Complexos do Alemão e da Penha, o governo estadual solicitou ao Governo Federal o prosseguimento do uso da Forças Armadas (FA) nas ações subseqüentes, que resultaram na formação da Força de Pacificação (F Pac), a qual permaneceu naquela área por exatos 583 dias (LIMA, 2012).

As Op GLO demandam preparação e treinamento especial. O emprego das FA nesse tipo de operação é fundamentalmente diferente, em princípio e doutrina, do tradicional emprego em missões relacionadas à defesa externa, onde o foco é atuar sobre forças inimigas, perfeitamente identificáveis no terreno, normalmente caracterizadas como uma força militar armada e uniformizada (BRASIL, 2012).

A missão do EB está expressa na Constituição Federal (CF) de 1988. Dentre as suas atribuições, ressalta-se a garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da

Ordem, que está no mesmo grau de importância que a de manter a Soberania Nacional. Portanto, verifica-se a necessidade de constante atualização da doutrina militar terrestre, no que tange às Op GLO.

Por tudo isso apresentado, este trabalho teve a intenção de verificar a relação entre os ensinamentos colhidos com o emprego do EB na F Pac e as capacidades militares requeridas nas Op GLO, para o emprego do EB na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha (Op ARCANJO). O supracitado trabalho monográfico visa, ainda, a matrícula no Programa de Pós-Graduação lato sensu em ciências militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Assim sendo, no tema em questão, o problema proposto para a pesquisa em tela está assim enunciado: quais as capacidades militares requeridas para o emprego do EB nas operações de GLO, estudando a pacificação dos complexos do Alemão e da Penha, e os ensinamentos relacionados a doutrina militar, colhidos na F Pac, estão sendo aproveitados na preparação da Força Terrestre para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem?

O objetivo geral deste estudo foi analisar as capacidades militares requeridas para o emprego do EB em Op GLO, com ênfase na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha.

O objetivo acima descrito foi atingido por meio de objetivos específicos fundamentais para a realização dessa pesquisa; desta forma:

- Apresentar as capacidades militares do EB;
- Descrever qual a missão do EB na GLO.
- Descrever a preparação da Força Terrestre (F Ter) para as Op GLO.
- Apresentar os antecedentes da ocupação dos Complexos da Penha e do Alemão.
- Apresentar as Operações ARCANJO (Op GLO executadas nos Complexos da Penha e do Alemão), destacando os ensinamentos colhidos para a Doutrina Militar Terrestre Brasileira (DMTB).

No tempo, a pesquisa se limitou à identificação da situação atual da preparação da F Ter para as Op GLO.

Como hipótese de pesquisa, chegou-se à seguinte: a doutrina militar vigente, para a preparação da F Ter em Op GLO, está sofrendo alterações, fruto dos ensinamentos colhidos na F Pac.

Com o objetivo de se delimitar a pesquisa, o presente estudo foi delimitado nas Op GLO que a F Ter participou, estudando apenas o caso da F Pac nos Complexos da Penha e do Alemão.

O presente estudo baseou-se na proposta de pesquisa à ECEME pelo Estado-Maior do Exército, para ser desenvolvido por alunos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) para o corrente ano, o que, por si só, traduz sua importância.

Os aspectos doutrinários e a legislação sobre GLO serviram de base para a execução deste trabalho. Os relatórios dos sucessivos contingentes na Operação ARCANJO, bem como o relatório final do Comando Militar do Leste (CML) foram consultados para enriquecimento da pesquisa e elencar numa visão bem generalista de quais aspectos foram aproveitados no desenvolvimento da doutrina militar da Força Terrestre e as capacidades requeridas naquela ocasião.

Dentre outras fontes, foram utilizadas para o estudo os seguintes documentos: EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035, Manual MD33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem, Manual MD35-G-01 Glossário das Forças Armadas, Manual de Campanha EB70-MC-10.242 Operação de Garantia da Lei e da Ordem, Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, Manual de Campanha EB70-MC-10.223 Operações, C 7-20 Batalhões de Infantaria, Manual de Campanha EB70-MC-10.303 Operação em Área Edificada, e Caderno de Instrução O Pelotão de Fuzileiros no Combate em Área Edificada (EB70-CI-11.408); Constituição Federal / 1988; Lei Complementar (LC) Nr 97, de 09 de junho de 1999 (Preparo e Emprego FA); LC Nr 117, de 02 de outubro de 2004 (Preparo e Emprego FA); LC Nr 136, de 25 de agosto de 2010 (Preparo e Emprego das Forças Armadas); Decreto Nr 3897, de 24 AGO 2001 (Emprego das FA em GLO); Portaria Nr 736 de 29 de OUT 2004 - Diretriz Estratégica de GLO.

2. METODOLOGIA

A seguir, adentrar-se-ão aspectos metodológicos relevantes concernentes à presente pesquisa.

Segundo Vergara (2003), o tipo de pesquisa adotado nesse estudo científico foi classificado como descritivo, explicativo e aplicado, a saber:

Descritivo, pois permitiu descrever os ensinamentos colhidos da F Pac, bem como caracterizou a atual doutrina vigente em Op GLO.

Explicativo, pois esclareceu os aspectos relevantes da F Pac e os relacionou com a atual preparação da Força Terrestre em Op GLO.

Aplicado, porque teve a finalidade de solucionar o problema proposto neste estudo em obter dados qualitativos que ratifiquem as alterações na doutrina de GLO em consequência às lições aprendidas na F Pac. Ademais, essa pesquisa foi documental e bibliográfica, sendo a abordagem apenas qualitativa.

Para a execução deste trabalho, as Grandes Unidades que compuseram a F Pac abrangeram o universo a ser considerado. Já a amostra esteve abrangida na Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt), Op ARCANJO I, e na 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (9ª Bda Inf Mtz), Op ARCANJO II, IV e VII.

A coleta de dados deste trabalho foi realizada por meio da revisão literária dos manuais vigentes em GLO, dos relatórios expedidos pelas GU e pelo Cmdo CML, dos artigos e livros publicados sobre o assunto, e pelas consultas feitas à oficiais QEMA (Quadro de Estado-Maior das Armas) que compõem o Estado-Maior do Exército (EME), o Comando de Operações Terrestre (COTer), a Bda Inf Pqdt, a 9ª Bda Inf Mtz, e os oficiais que estão cursando CPEAEx e o CCEM (Curso de Comando e Estado-Maior) que participaram da F Pac.

Essa pesquisa tratou os dados coletados de forma qualitativa, de acordo com a concepção de Vergara (2003) e, segundo Marconi e Lakatos (2000), as fontes de consulta existentes, associadas às consultas feitas àqueles oficiais, concretizou a limitação da pesquisa.

3 PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES

Segundo Domingues (2019), o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), intensificado no século atual pós guerra fria, é ao mesmo tempo uma ferramenta de planejamento e um conjunto de procedimentos voltados para o preparo das Forças Armadas, por meio da aquisição de capacidades adequadas às necessidades de defesa do Estado.

De acordo com o Catálogo de Capacidades do Exército, o Estado-Maior do Exército (EME), juntamente com representantes dos Órgãos de Direção Setorial

(ODS) e dos Comandos Militares de Área, formaram no ano de 2013, um grupo de trabalho multidisciplinar de todas as áreas estratégicas do País para mapear as capacidades militares terrestres e operativas atinentes ao Exército Brasileiro. Ao final dos trabalhos, foi produzida uma lista de capacidades que subsidiou o Centro de Doutrina do Exército na ratificação do conceito do PBC, e na definição das capacidades militares terrestres e operativas, com o objetivo de se contrapor às ameaças dentro das áreas estratégicas, atuando no amplo espectro dos conflitos (BRASIL, 2015, p. 5). “A obtenção dessas capacidades é primordial para possibilitar a atuação do Exército em todo o espectro dos conflitos para alcançar o efeito dissuasório desejado” (BRASIL, 2015, p. 6).

A partir do nível político, são determinadas que capacidades são requeridas à Força Terrestre (F Ter), denominadas Capacidades Militares Terrestres (CMT). Na sequência, são definidas as Capacidades Operativas (CO) necessárias às forças que serão empregadas, ou a cada Organização Militar (OM), para que possam cumprir as tarefas e missões que lhes forem atribuídas. Nesse contexto, define-se a CMT como o “grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida” (BRASIL, 2015, p. 7) e a CO como a “aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático” (BRASIL, 2015, p. 7). Dessa forma, a CO é obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI).

Segundo Brasil (2015), a F Ter adota as seguintes CMT: CMT 01 - Pronta Resposta Estratégica; CMT 02 - Superioridade no Enfrentamento; CMT 03 - Apoio à Órgãos Governamentais; CMT 04 - Comando e Controle; CMT 05 - Sustentação Logística; CMT 06 - Interoperabilidade; CMT 07 - Proteção; CMT 08 - Superioridade de Informações; e CMT 09 - Cibernética.

Domingues também destaca que as ações de não guerra e o apoio aos órgãos governamentais são outras demandas a serem consideradas no aperfeiçoamento das capacidades da Força Terrestre, cabendo assinalar que as Op GLO estão completamente inseridas nessa afirmação.

4 O EXÉRCITO NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

4.1 BREVE HISTÓRIA

O Exército Brasileiro (EB) sempre foi empregado para a manutenção da integridade nacional, na imposição do reconhecimento das ordens imperiais e republicanas, abafando os movimentos revoltosos, bem como fazendo impor a legalidade do poder vigente. Nesse contexto, guardadas as devidas proporções das conjunturas vivenciadas, o emprego da Força caracterizava-se como de Op GLO, as quais foram e vêm sendo desenvolvidas de forma integral, com elevado padrão de complexidade e conseqüente exigência de medidas preparatórias altamente sensíveis, bem como de grande visibilidade nacional e/ou internacional.

Decorridas várias décadas, o EB continua sendo intensivamente empregado, principalmente em ambiente urbano, realizando cerco e investimentos em favelas, no estabelecimento de Postos de Controle de Trânsitos, nos acessos aos logradouros e nos patrulhamentos dos seus becos e vielas, guarnecendo pontos sensíveis e abafando turbas. Nesse contexto, o Estado-Maior do exército (EME) verificou a necessidade da evolução doutrinária do emprego para que se chegasse ao Manual de Campanha EB70-MC-10.242 Op GLO, que norteia os Estados-Maiores dos diversos escalões como planejar e operar em um quadro desta necessidade. Esse manual define o conceito de GLO da seguinte maneira:

[...] Garantia da Lei e da Ordem - Atuação coordenada das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública na execução de ações e medidas provenientes de todas as expressões do poder nacional em caráter integrado e realçado na expressão militar. Tem por finalidade a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem [...].

4.2 LEGALIDADE

No decorrer da história, salvo raras exceções, as constituições brasileiras legitimam a atuação das FA, em situação de excepcionalidade, e sob determinação do Presidente da República (PR) para o pronto restabelecimento da ordem no País.

No Art 142 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, encontra-se a base legal para o emprego da F Ter nas ações de GLO:

A Constituição Federal em vigor, no seu Art. 142, estabelece que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na

hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Diretrizes específicas complementam a missão com as seguintes ações: apoiar a política externa do País; participar de operações militares, decorrentes de compromissos internacionais; e desenvolver atribuições subsidiárias, tais como cooperar com o desenvolvimento nacional e com as situações de calamidade pública.

4.3 DOCTRINA PARA GLO

O Manual de Campanha EB70-MC-10.242, Op GLO, apresenta as considerações doutrinárias sobre o planejamento e o emprego do Exército em missões de GLO, cabendo destacar que o emprego da F Ter nessas ações deverá ocorrer, em princípio, quando caracterizado o esgotamento da capacidade das forças policiais e como último recurso da União para o restabelecimento da ordem.

4.4 PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Ao PR compete a decisão e a autorização para o emprego das FA, de maneira emergencial, temporária e independente do acionamento de quaisquer salvaguardas constitucionais (Estado de Defesa e Estado de Sítio), nas situações em que os governos estaduais reconheçam a indisponibilidade, inexistência ou insuficiência dos seus Órgãos de Segurança Pública (OSP) no desempenho regular de sua missão constitucional. Além disso, é sua atribuição solicitar, quando for o caso, os recursos orçamentários necessários ao cumprimento da missão determinada, devendo diligenciar, junto aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no sentido de que os créditos e os respectivos recursos sejam tempestivamente liberados, em coordenação com os demais órgãos envolvidos (EB70-MC-10.242, Op GLO).

Fundamentado nesse arcabouço doutrinário e jurídico, ainda consolidado na primeira década de 2000, o Exército se considerava preparado para ser empregado em uma Op GLO de grande envergadura, e assim o fez, quando foi requisitado pelo Governo Federal a apoiar as ações de combate ao crime organizado nos complexos do Alemão e da Penha, em novembro de 2010, batizada de Operação ARCANJO.

4.5 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Com a finalidade de preparar a tropa em Op GLO, especificamente o soldado, os quartéis da Força, no seu cotidiano, respeitam um calendário que orienta o ano de instrução, que é definido pelo Programa de Instrução Militar (PIM) anual, o qual é detalhado em Planos-Padrão (PP).

Para o aprendizado militar e a evolução do soldado recém-chegado, o ano é dividido em períodos distintos, que representam cada fase a ser concluída: o Período Básico (PB), o Período de Qualificação (PQ), o Período de Adestramento Básico (PAB) e o de Adestramento Avançado (PAA). Dessa forma, o recruta recebe instruções de combate individual básicas, aprendendo como atirar, progredir, usar a camuflagem, se comunicar, dentre outras. Na seqüência, o soldado se qualifica dentro de uma fração específica (Grupo de Combate, Seção e Pelotão) entendendo o seu emprego, até se enquadrar em uma Subunidade (Companhia, Bateria ou Esquadrão) e depois na Unidade que incorporou (Batalhão, Grupo ou Regimento).

Com a conclusão do PB e do PQ, inicia-se o PAB, onde os soldados recebem, dentre outras, as instruções relativas às Op GLO (PAB/GLO), em sua natureza mais prática, num curto espaço de tempo. Tais ensinamentos são balizados pelo EB70-PP-11.012, PROGRAMA-PADRÃO DE INSTRUÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DO CABO E DO SOLDADO – INSTRUÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E INSTRUÇÃO COMUM, o qual delimita duas semanas de ensinamentos teóricos e uma semana de prática, totalizando uma carga horária estimada de 80 (oitenta) horas e abarcando instruções de Armt, Mun e Tir (12h), Lutas (8h), DQBRN (6h), Apronto Operacional (2h), Op Tipo Polícia GLO (32h), Patrulha (12h) e TFM (8h).

Segundo OLIVEIRA COSTA (2012), a proposta de instruções, para o emprego da tropa em GLO, abarcavam os seguintes assuntos: crimes militares, crimes comuns e contravenções penais, estatuto da criança e do adolescente e estatuto do idoso, acordo para o emprego da tropa, uso de algemas, procedimentos operacionais padrão, regras de engajamento, negociação, abordagens, lutas defesa pessoal/imobilização, utilização de tonfa e cacetete, emprego de armamento não letal, forças adversas “modus operandi”, reconhecimento operacional, técnicas de filmagem, GPS, relatórios de inteligência (EEI), operações de busca e apreensão,

controle da população, controle de distúrbios civis, PBCVU, revista e prisão em flagrante, patrulhas de reconhecimento, incursões, vigilância aérea, cerco, investimento, técnicas de entrada, perseguição, progressão em área de risco, sinais e gestos, técnicas de ação imediata, tiro stress fire, tiro em área edificada, atendimento pré-hospitalar, ação de comando e motivação.

Constatando a necessidade de um melhor adestramento do soldado, exposto na execução das missões externas junto às comunidades, o COTER (Comando de Operações Terrestres) adaptou o processo de instrução das praças e oficiais na condução de tarefas bem distintas da rotina da caserna, com regras bem específicas, de acordo com a ocasião em que se deparar e de conhecimento da legislação para tomada de decisões acertadas nas condutas do dia-a-dia. Além disso, estabeleceu o Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIOU), sediado na Guarnição de Campinas, para a capacitação dos quadros na condução da atividade de GLO, com conhecimento específico de técnicas, táticas, procedimentos, legislação e treinamento com armamento e equipamento específicos, sendo vetores ideais para expandir os conhecimentos às tropas que poderão ser empregadas. Nesse propósito, o CIOU tem em seu Programa de Estágio Geral para Oficiais e Praças uma carga horária de 160 horas/aula, distribuídas nos seguintes assuntos: Instrução Geral; Armt, Mun e Tir; Controle de Área; e Gerenciamento de crise e Negociação.

Transmitida essa gama de conhecimentos específicos em Op GLO, o CIOU habilita oficiais ao exercício de funções relativas ao planejamento e execução de Op GLO, no nível tático, bem como os capacita a planejar as atividades típicas de GLO; a empregar pequenas frações, utilizando técnicas, táticas e procedimentos (TTP) especiais para GLO; a realizar o gerenciamento de crise e negociação nos níveis Unidade e Subunidade; e a conhecer as legislações pertinentes aos Direitos Humanos em Operações Militares.

Ademais, cabe destacar que no Rio de Janeiro, especificamente no Centro de Avaliação e Adestramento do Exército (CAADEx), situado na Vila Militar, foi unificada a instrução para adestrar as tropas a serem empregadas em atividades desta natureza.

No contexto da Operação ARCANJO, OLIVEIRA COSTA (2012) conclui como ponto forte da missão, que a importância dada ao preparo, na instrução, na aquisição de armamento e equipamento especializado, no desenvolvimento da liderança e na

aplicação de atributos da área afetiva que refletiram no amadurecimento profissional, no condicionamento das regras de engajamento e a maior atenção dada à preservação dos valores morais da tropa, foram imprescindíveis para que o emprego se fizesse satisfatório.

5 FORÇA DE PACIFICAÇÃO ARCANJO

5.1 ANTECEDENTES

No Estado do Rio de Janeiro, especificamente na região metropolitana de sua capital, a carência de resultados mais efetivos no controle da violência urbana, conjugado com a falta de projetos sociais de base, refletiu em um ambiente ideal para o desencadeamento de ações do crime organizado, cada vez mais ousadas e inconsequentes. Este quadro permanecia irrefreável e aumentando de maneira significativa até a segunda metade da década de 2010.

Os atos de violência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro continuaram em clima de represália, principalmente entre os dias 20 e 25 de novembro de 2010, que resultaram em 105 veículos e ônibus queimados e cabines da PM atacadas. Em consequência, no dia 24 de novembro daquele ano, o Governo do Estado solicitou então o apoio dos blindados e condutores da Marinha do Brasil, o que foi autorizado pelo Ministério da Defesa.

No dia seguinte, após a invasão da Vila Cruzeiro (localizada no Complexo da Penha) pelos OSP/RJ com o apoio dos blindados da Marinha, o Ministério da Defesa autorizou o emprego de cerca de oitocentos homens da Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) para auxiliarem a polícia no combate aos ataques, além de dois helicópteros e tripulação da Força Aérea Brasileira.

Na manhã seguinte do dia 28 de novembro, teve início uma grande operação interagências com a participação das três FA, da Polícia Militar com o BOPE, o Batalhão de Polícia de Choque, o Batalhão de Polícia Florestal e outras unidades convencionais, da Polícia Civil com o CORE, da Polícia Federal com o Comando de Operações Táticas, entre outros organismos. Com esse aparato bélico, o “Alemão” foi controlado em cerca de duas horas, prendendo criminosos e apreendendo armas e drogas.

5.2 A ÁREA OPERACIONAL

Segundo LIMA (2012), a Área de Pacificação ARCANJO compreende uma região de aglomerado urbano vertical, com aproximadamente 270.000 (duzentos e setenta mil) habitantes, que se caracteriza por vias e construções populares irregulares, disseminadas nas encostas das elevações, bem como por deficiente infraestrutura de serviços públicos. Tal área abrange os Complexos da PENHA e do ALEMÃO, tendo em sua formação cerca de 24 (vinte e quatro) comunidades.

Com um terreno encaixotado e saturado por uma gama de construções verticalizadas, proporcionando cobertas e abrigos, o local tornava-se favorável à defesa das Forças Adversas. Dessa forma, as principais vias de acesso à área eram facilmente batidas por fogos advindos das dezenas de seteiras instaladas no terreno. A região tem fácil acesso às principais vias rodoviárias do Rio de Janeiro, como as avenidas Brasil e Pastor Luther King Jr, Linha Vermelha, Linha Amarela, entre outras.

A ocupação caótica e desordenada dessas comunidades contribuiu para a criação de túneis com passagens secretas e improvisadas em tubulações sanitárias, escadarias múltiplas, vielas divergentes e convergentes, sem uma lógica de organização e orientação de engenharia urbana, favorecendo os deslocamentos dos meliantes no interior das favelas. As construções defensivas, geralmente erguidas pelos traficantes em áreas de comandamento, tornam o ambiente defensável por pequenos grupos armados, em pontos fortes que, quando em vantagem, reagem e, quando em desvantagem, desaparecem, não deixando rastros.

Os becos e ruas existentes nos Complexos são estreitos e normalmente possuem cobertura irregular, facilitando a fuga e evasão dos criminosos e dificultando a abordagem das forças regulares.

O expressivo número de pessoas sem ocupação (cerca de 20%), e de crianças e adolescentes fora das escolas (em torno de 28%), aliado a longa exposição ao poder do tráfico de drogas fez com que uma parcela significativa da população adaptasse seu modo de vida à rotina de violências e tiroteios, bem como fosse aliciada pela Organização Criminosa (O Crim) local.

Os Complexos do ALEMÃO e da PENHA estavam, durante longo período, à margem da presença do Estado. No último, particularmente, o distanciamento das ações estatais se tornou ainda mais crítico, uma vez que essa região também não foi

agraciada com obras de grande vulto no Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. Tal fato refletiu diretamente no grau de receptividade da população às atividades da F Pac que, nitidamente, foi menor do que no Complexo do ALEMÃO.

Em ambos os complexos, a carência de infraestrutura de serviços, transportes públicos, saneamento básico, assistência médico-hospitalar, escolas, faculdades, creches e locais de lazer e cultura proporcionam um ambiente receptivo a soluções paliativas de sobrevivência social baseadas na ilegalidade e na informalidade, favorecendo à imposição do poder dos criminosos locais.

O Comando Vermelho é a facção criminosa predominantemente presente nos complexos. A capacidade dessa Força Adversa (F Adv) de executar ações de sabotagem, terrorismo, espionagem, propaganda e desinformação é limitada. A maior parte de suas ações encontra-se diretamente relacionadas com a prática de tráfico de drogas e assaltos, sendo a motivação para a realização desses crimes baseada no aspecto relacionado ao ganho pecuniário, não havendo indícios de envolvimento ideológicos, políticos ou religiosos. Além disso, o grau de organização e adestramento da F Adv é baixo, sendo possível identificar, alguns elementos que serviram às Forças Armadas, empregando ensinamentos adquiridos no período do serviço militar.

O Crime Organizado presente na área é composto de jovens na faixa etária de 15 a 35 anos, em sua maioria homens. Também aliciam crianças, pessoas de idade e mulheres como mensageiros, fogueteiros (responsáveis pelo alerta), olheiros (vigias) e condutores de drogas, o que dificulta a atuação das forças legais.

A grande maioria dos meliantes locais utiliza-se de motos para seu transporte próprio, o que lhes permite grande mobilidade através dos becos, vielas e de vias de transporte obstruídas, dificultando a perseguição e a apreensão. À noite, para cometer delitos no “asfalto”, utilizam-se de veículos roubados e “filmados” para efetivos e deslocamentos maiores, impedindo o reconhecimento e evidenciando o uso da mobilidade, surpresa, e velocidade nas ações.

Os traficantes fazem uso de diversos armamentos como pistolas semiautomáticas (Cal 9mm, .380, .40 e .45); revólveres (Cal 38 e 357.); metralhadoras leves (MP5, Beretta, Uzi e INA,); fuzis (FAL, PARAFAL, M16, M4, AK 47 e Beretta); granadas de mão, bombas caseiras; e até armas anticarro inertes como o AT-4, para dissuadir.

Para dar o alerta oportuno aos meliantes da “contenção” (primeira linha de defesa do tráfico), são posicionados "olheiros" em pontos estratégicos das vias de acesso, que se utilizam de vários meios visuais como painéis, morteiros, pipas, balões, dentre outros. No aprofundamento da defesa, os meios de comunicações mais utilizados pelos traficantes são a telefonia celular, telefones/rádios Nextel, rádios transceptores e mensageiros.

Se não possuem grande organização tática, vê-se presente uma complexa malha de estruturas e se verifica que chefes de facções criminosas são encontrados em negociata com Forças Irregulares em países vizinhos, na troca de armamento por drogas, já apresentando os indícios de crimes federais transnacionais.

Com a proposta de proporcionar segurança para os moradores locais, os milicianos dominam algumas comunidades dos dois complexos.

O vazio político, imposto às referidas comunidades, estabeleceu um verdadeiro “apartheid social” e criou as condições ideais para que as forças adversas utilizassem a população local como massa de manobra.

5.3 COMPOSIÇÃO

Com a ocupação dos Complexos da PENHA e do ALEMÃO, surgiu a necessidade da criação da Força de Pacificação (F Pac), um conceito inédito no Brasil para as operações de GLO.

A semelhança de uma Brigada, a F Pac era comandada por um General-de-Brigada e estava composta por tropas que a compõe (Comando e Estado-Maior, Elementos da Companhia de Comando e do Pelotão PE); 02 (duas) Forças-Tarefa (FT) valor Batalhão de Infantaria, a quatro Companhias de Fuzileiros, cada; tropas do CML (Eqp Sau, Eqp Ass Jur, Eqp Intlg e Eqp Com Soc), 01 (um) Dst Op Psico / Bda Op Esp, elementos de Segurança Pública do Estado (PMERJ, 01 (um) Btl Cmp (Ct Op) e Elm Pol Civ), mantendo em Reserva 01 (um) Esquadrão de Cavalaria. Além dessas tropas, a F Pac dispunha também de 01(um) Destacamento Logístico (Dst Log), responsável pelo abastecimento e reabastecimento das classes de suprimento I, III e V, transporte e manutenção, necessárias ao cumprimento da missão.

A função logística Saúde foi praticamente conduzida pelo Hospital Central do Exército (HCE), com a instalação de um posto médico na base, e a função logística Recursos Humanos foi cumprida por meio da realização de algumas atividades como

o controle de efetivos, os recompletamentos, os arejamentos, a assistência religiosa e o serviço de lavanderia.

Nas bases de cada FT, cabe destacar que funcionavam uma Delegacia de Polícia Civil, encarregada de investigações, instauração de inquéritos e cumprimentos de mandados de busca e apreensão, bem como uma Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), responsável pela investigação dos crimes de natureza militar.

A primeira tropa do Exército a atuar na A Pac foi a Bda Inf Pqdt, no período de 26 de novembro de 2010 a 20 de fevereiro de 2011, compondo a F Pac ARCANJO I.

Na seqüência, a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (9ª Bda Inf Mtz) ocupou os Complexos em três oportunidades: de 21 de fevereiro a 15 de maio de 2011 (F Pac ARCANJO II), de 15 de agosto a 06 de novembro de 2011 (F Pac ARCANJO IV), e de 09 de abril a 30 de junho de 2012 (F Pac ARCANJO VII), coroando a retirada do EB naquela área e dando pôr fim a F Pac.

6. LIÇÕES APRENDIDAS DAS OPERAÇÕES ARCANJO

De acordo com os relatórios expedidos pelos Comandos Militar do Leste e das Bda Inf Pqdt e 9ª Bda Inf Mtz, verificou-se as seguintes lições aprendidas nas Op ARCANJO I, II, IV e VII:

a) a delegacia de polícia civil foi fundamental e essencial para o êxito das operações, ficando centralizada, inicialmente, na base de Op Cmdo F Pac, desdobrada na antiga Fábrica da Coca-Cola;

b) as 03 (três) FT continuaram se revezando na manutenção da linha de cerco e desempenharam as seguintes tarefas: 1) Instalação e operação de PBCVU nas principais vias; 2) Ocupação de pontos fortes e realização de patrulhamento a pé e Mtz; 3) Execução de ações de controle de distúrbios, Mdt O; e 4) Ocupação e garantia do funcionamento dos pontos e instalações sensíveis. Tais ações foram desencadeadas em coordenação com os Batalhões de Campanha, com a Polícia Civil/RJ e demais integrantes da F Pac, ressaltando que devido a eventual falta de controle, decorrente da atuação descentralizada, foi vedada a atuação de policiais militares ou civis isoladamente, bem como a atuação de não integrantes da F Pac no interior da A Pac;

c) Manutenção de uma tropa valor FT BI aprestada para, em qualquer época do ano de instrução, ser empregada de imediato em alguma crise;

d) o emprego extremamente adequado de motocicletas naquele ambiente operacional, já que podem ser utilizadas para cumprir diversas missões como: patrulhas de ligação, transporte de mensageiros, reconhecimentos, escoltas, perseguições etc;

e) a utilização de Blindados mais uma vez se mostrou muito importante nas Op em ambiente urbano;

f) o uso de armamentos não letais foi fundamental para evitar a morte de integrantes da população civil. Ademais, considerando que as F Adv, às vezes, produzem vítimas, que posteriormente são imputadas às forças legais ou se utilizam da população, por meio de turbas, para evitar a prisão de elementos ligados ao tráfico, o uso de armamento não letal cresceu de importância. Além disso, o armamento não letal permite o aumento gradativo do uso da força, sem caracterizar seu emprego proporcional e ampliando o leque das regras de engajamento;

g) as regras de engajamento foram extremamente relevantes, sendo válido que antes da operação sejam ministradas instruções de quadros sobre estas regras, as quais devem ser do conhecimento de todos os participantes da operação. Além disso, deve ser confeccionado um “memento” com os aspectos jurídicos mais importantes, o qual pode ser distribuído aos integrantes das forças-tarefa. Nas instruções de quadros foi enfatizada a importância da conduta dos militares no trato com a população;

h) a importância da utilização da tela código para a orientação da tropa, referência de eventos, incidentes e operações. Isto cresce de importância devido ao uso de imagens de satélite e fotografias aéreas que não possuem curvas de nível nem georreferenciação;

i) realização de operações sistemáticas (PBCVU, patrulhamento, etc) e operações episódicas de maior vulto;

j) a importância da foto/filmagem da missão para atestar a conduta da tropa e como instrumento de dissuasão contra turbas ou outras manifestações contra a F Pac. Nesse contexto, a distribuição de máquinas fotográficas para as frações até o nível pelotão foi necessária;

k) necessidade da utilização de cães de guerra como instrumento de dissuasão da tropa;

l) Devido à grande descentralização das operações de GLO, as SU das FT valor Btl da F Pac são constituídas por quatro pelotões, o que confere maior flexibilidade ao Cmt SU para o cumprimento das diversas missões (PBCVU, patrulhas a pé e Mtz, segurança da base, força de reação etc);

m) o estudo de manuais revogados como o de Op Contra Forças Irregulares da década de 1990 e Op Contra Guerrilha da década de 1970 proporcionaram vários ensinamentos úteis para o cumprimento da missão, demonstrando a necessidade de atualização dos referidos manuais;

n) em situação de crise, apenas os quadros se dirigem à população. Para as situações de crise com a população é fundamental o emprego da massa, mas o princípio de surpresa deve ser mais valorizado para as Operações de Busca e Apreensão (OBA);

o) a abordagem da tropa de forma educada, mesmo em elementos suspeitos, ajudou na difícil tarefa de conquistar a população da área;

p) a condução de presos deve ocorrer de forma acelerada para evitar aglomerações de populares;

q) o cadastramento da população, com fotografias inclusive, ajudou a manter o controle da área uma vez que o popular se sentiu “fichado”;

r) faz-se necessário a elaboração de um módulo de tiro nas IGTAEx, versando sobre combate urbano;

s) utilização judiciosa do emprego da massa para demonstrar força e manter a presença permanente da tropa nas ações de patrulhamento, vasculhamento e PBCVU, realizando, também, as prisões em flagrante que se fizeram necessárias;

t) necessidade de inclusão, na preparação, da instrução sobre legislação de trânsito, com a Polícia de Trânsito ou com a Guarda Municipal; e de realização da preparação específica para os militares responsáveis pela Com Soc, tanto no nível F Pac como no nível FT, bem como de instrução sobre a escrituração de relatórios operacionais;

u) a ambientação da tropa para a redução das barreiras culturais locais;

v) Instruções de Armt Mun e Tir (fuzil e pistola), Combate em area edificada e Operações contra forças irregulares, a cargo do DOFEsp, da Bda Op Esp;

x) Operações Psicológicas, a cargo do D Op Psc, da Bda Op Esp; e

z) Regras de Engajamento.

Complementando os ciclos de preparação, foram realizados os estágios de Negociação, de Adaptação e Condução de Vtr MARRUÁ, de Adaptação e Condução de Vtr 5 Ton, de Motociclista Militar e de Sistema Truncking. Ademais, realizou-se um estágio para os comandantes de pequenas frações, no CIOU, visando a permitir a transmissão dos ensinamentos a todos os integrantes da F Pac ARCANJO VII.

7 RECOMENDAÇÕES

Colimado com a obtenção das Capacidades Militares e as lições aprendidas abordadas nas Op ARCANJO, depreende-se as seguintes recomendações para ações de GLO, discriminadas no quadro abaixo:

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
CMT 01 – PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA	ser capaz de projetar força para atuar em operações no amplo espectro dos conflitos, em qualquer parte do território nacional, do entorno estratégico ou da área de interesse, em prazo oportuno, chegando pronto para cumprir a missão atribuída.	CO 03 – Prontidão	ser capaz de, no prazo adequado, estar em condições de empregar uma força no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios adjudicados.	Normalmente, o Emp de tropas em Aç GLO é efetivado em poucas horas, tendo em vista a crescente e rápida escalada da crise no Estado, principalmente no aspecto Segurança Pública. Como exemplo, verificou-se no RJ, no ano de 2010, quando o governo estadual solicitou o reforço de meios e tropas, no dia 24 NOV 10, sendo efetivado no dia seguinte com veículos da MB e, com tropas, no dia 28 NOV, 72 horas depois.	Manutenção do nível de prontidão, sendo a GU, a fração de emprego mínima que tem a possibilidade de cumprir a missão, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios adjudicados
CMT 02 – SUPERIORIDADE ENFRENAMENTO	ser capaz de garantir o cumprimento bem sucedido das missões atribuídas, empregando uma ampla gama de opções, em função da diversidade de cenários possíveis,	CO 04 – Combate Individual	ser capaz de permitir ao combatente terrestre sobrepular o oponente, sobreviver, deslocar-se e combater em todos os ambientes operacionais e sob quaisquer	O ambiente operacional em localidade, nesse caso no interior de comunidades (favelas) no RJ, requer ao combatente a adaptação ao clima local, geralmente quente e úmido, e sua locomoção em locais confinados portando MEM	Manutenção do adestramento da tropa em operações convencionais e irregulares, na região de provável emprego.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
	buscando uma posição vantajosa em relação à ameaça que o oponente representa, para derrotá-lo e impor a vontade da força.		condições climáticas.	pesados e desconfortáveis.	
		CO 05 – Operações Especiais	ser capaz de realizar operações que, por sua natureza, técnicas ou características, devam ser realizadas por tropas especiais	No interior de comunidades, o APOP se faz valer do terreno encaixotado, verticalizado e compartimentado, bem como da população local para se manter homiziado e protegido, elevando a dificuldade de ser encontrado pelas tropas convencionais. Nesse contexto, as tropas especiais, dotadas de adestramento e equipamentos para ações irregulares, são extremamente importantes para tal fim.	Incremento do adestramento de tropas convencionais em Op contra Fç Irre, previsto no PIM/COTER, bem como o estudo de manuais revogados como o de Op Contra Forças Irregulares da década de 1990 e Op Contra Guerrilha da década de 1970, que proporcionaram vários ensinamentos úteis para o cumprimento da missão.
		CO 06 – Ação Terrestre	ser capaz de executar atividades e tarefas com o objetivo de dissuadir, prevenir ou enfrentar uma ameaça potencial ou real, impondo a vontade da força.	No contexto de uma guerra irregular, como no caso estudado da Pacificação no RJ, faz-se valer da importância de dispor os meios militares disponíveis, visando a impor ao oponente a vontade de lutar.	Manutenção do princípio da “Massa”, que inibe as F Adv, com incremento das Estr dos sistemas de Intlg e Log, minimizando as dificuldades encontradas nesse tipo de Operação.
		CO 07 – Manobra tática	ser capaz de empregar forças no espaço de batalha por intermédio do movimento tático e fogos, incluindo plataformas aeromóveis, buscando alcançar uma posição de vantagem sobre as forças terrestres oponentes, enfrentando e derrotando-as,	No combate em localidade, especificamente em comunidades como o Alemão e a Penha que se destacam pelo estreito e encaixotado espaço de batalha, faz-se valer a importância do deslocamento por Grupos de Combate (GC)	Manter a tática de deslocamento por GC em comunidades, com o uso de Helcp para C2 e plataforma de sniper.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
			cumprindo a missão.		
		CO 09 – Mobilidade e Contra mobilidade	ser capaz de modificar o terreno, manipulando obstáculos naturais e artificiais, para facilitar o movimento das forças amigas e dificultar o movimento do oponente.	Nas comunidades dominadas pelas O Crim, como no caso em estudo, é constante o uso de barricadas e obstáculos, impedindo a progressão de veículos blindados e frações.	Reforçar as frações de engenharia, orgânicas das Bda com Eqp e pessoal Esp na remoção desses engenhos, bem como na Utlz de motocicletas para deslocamento em vielas.
CMT 03 – APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	ser capaz de contribuir para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem - depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio - salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve fornecer apoio em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas, à segurança da sociedade, à cooperação para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e	CO 10 – Proteção Integrada	ser capaz de proteger a sociedade, realizando a garantia dos Poderes Constitucionais, a Garantia da Lei e da Ordem, a proteção de Estruturas Estratégicas, a prevenção e o combate às ações terroristas e a participação da Força Terrestre em ações na Faixa de Fronteira, com ampla colaboração do setor de segurança pública.	Para o restabelecimento da Segurança Pública, esgotados os instrumentos destinados à preservação da Ordem, geralmente os governadores solicitam ao PR o emprego temporário das FA em seus estados, amparados pela LC 97 e pelo Decreto 3897.	Manter a ativação do Comando Conjunto Regional, visando a coordenação e implementação das ações, com o apoio dos OSP.
		CO 11 – Atribuições subsidiárias	ser capaz de cooperar para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e para o apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura	No contexto das Op ARCANJO, verificou-se a necessidade da inclusão social do Estado, bem como das Aç de ACISO junto a população local, medidas que minimizaram os impactos colaterais advindo das operações.	Incrementar, por meio do C Cj, as ligações com o Estado e suas agências, de modo que os serviços essenciais retornem à comunidade desestabilizada, recuperando o bem-estar e o desenvolvimento local.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
	de infraestrutura.				
CMT 04 – COMANDO E CONTROLE	ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, o exercício do Comando e do Controle por meio da avaliação da situação e da tomada de decisões baseada em um processo eficaz de planejamento, de preparação, de execução e de avaliação das operações. Para isso, são necessários, nos níveis estratégico, operacional e tático, sistemas de informação e comunicações integrados que permitam obter e manter a superioridade de informações com relação a eventuais oponentes.	CO 14 – Planejamento e Coordenação e condução	ser capaz de realizar planejamento, preparação, execução e avaliação contínua de Operações no Amplo Espectro dos Conflitos, empregando meios e armamentos modernos, baseados em Tecnologias de Informação e Comunicações, com adequada proteção.	Devido ao intenso fluxo de informações e a grande descentralização das ações em Op GLO, é necessário o acompanhamento contínuo das Atv, apoiado em modernos meios de TI.	Reforçar os meios de Com da Bda empregada, com Eqp e pessoal do maior escalão de Com local.
		CO 15 – Sistemas de Comunicações	ser capaz de estabelecer e operar estruturas de comunicações para suportar toda necessidade de transmissão para a condução dos processos de apoio à decisão, as informações para a consciência situacional do comandante nos diversos níveis e as ações para a busca da superioridade de informações.	Devido ao intenso fluxo de informações e a grande descentralização das ações em Op GLO, é necessário o acompanhamento contínuo das Atv, apoiado em estruturas de Com que suportem toda a necessidade de transmissão, mantendo a consciência situacional dos Cmt em todos os níveis.	Idem ao anterior
		CO 16 – Consciência Situacional	ser capaz de proporcionar em todos os níveis de decisão, em tempo real, a compreensão, a interação do ambiente	Idem ao anterior	Idem ao anterior

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
			operacional e a percepção sobre a situação das tropas amigas e dos oponentes. É propiciada pela integração dos conhecimentos provenientes dos sistemas de informação, sistemas de armas e satélites, apoiados em infraestrutura de comunicações com o nível adequado de proteção.		
		CO 17 – Gestão do Conhecimento e das Informações	ser capaz de gerir e compartilhar o fluxo de conhecimentos coletados ou produzidos por instituições militares e civis, nacionais ou internacionais, em uma infraestrutura adequada, visando dar suporte aos Comandantes, em todos os níveis de decisão, para o emprego dos meios e das forças militares terrestres.	Nas Op GLO é necessário que as informações agências militares e civis do estado, estejam em perfeita sintonia para que os conhecimentos produzidos e coletados sejam rapidamente transmitidos aos líderes de frações para que não haja solução de continuidade. Ademais, cabe ressaltar que as F Adv têm grande mobilidade e flexibilidade para se homizarem.	Manter o COP ou CCj ativados com Elm Lig e Estrt Com do Esc considerado em constante apoio à tropa empregada, de modo a dar suporte aos Comandantes, em todos os níveis de decisão, para o emprego dos meios e das frações.
		CO 18 – Digitalização do Espaço de Batalha	ser capaz de apresentar a representação digital de aspectos do espaço de batalha obtida pela integração entre sensores, vetores e radares, apoiada em uma infraestrutura de informação e comunicações (IIC), permitindo disponibilizar informações aos	Com o amplo desencadeamento de operações descentralizadas em locais de difícil e confuso acesso no interior das comunidades do RJ, a digitalização do espaço de batalha torna-se uma ferramenta de comando e controle imprescindível no atual cenário da Era da Informação, fazendo uso de	Reforçar a tropa empregada no terreno com os meios e estrutura de IIC necessários (C2 em Cmbt e Pacificador), de modo a apoiar o escalão enquadrante na disponibilização das informações imprescindíveis aos diferentes níveis de decisão.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
			diferentes níveis de decisão, independente do lugar em que se encontram, com nível de proteção adequada.	imagens provenientes de uma rede de sensores instalados em satélites, VANT, veículos terrestres e nos militares no campo.	
		CO 19 – Modelagem, Simulação e Prevenção	ser capaz de realizar a modelagem, a imitação e/ou a representação de procedimentos de combate e de operações de nossas forças e das forças adversárias, facilitando a percepção dos ambientes operacionais por parte dos comandantes nos diversos níveis de decisão. Utiliza recursos humanos, instalações e meios de tecnologia da informação.	Na pacificação de comunidades, como no caso do Alemão e da Penha, o treinamento em combate em localidade e ambientes confinados, faz-se de extrema importância para o emprego da tropa.	Manter a preparação da tropa, prevista pelo CIOU, no que concerne a disciplina de ações táticas (27h), em consonância com o aprendizado e treinamento em combate em recinto confinado, com meios optônicos, realizado no CAADEx, sediado no RJ,
CMT 05 – SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA	ser capaz de dar suporte adequado à força que venha a ser empregada, no tempo necessário e em qualquer ambiente operacional. Inclui a interoperabilidade e no apoio logístico entre as Forças Armadas e a complementaridade nas atividades interagências, bem como a organização e execução do	CO 20 – Apoio Logístico para Forças Desdobradas	ser capaz de sustentar as forças desdobradas, com os recursos necessários para manter seu poder de combate, contribuindo para o seu sucesso.	Durante o transcurso das operações nas comunidades, foi evidenciada a sustentação da tropa desdobrada no terreno, bem como das agências em apoio às operações militares, como Batalhão de Campanha PMERJ, DPJM e Elm DP Civil	Reforçar a estrutura do Destacamento Logístico em apoio ao Batalhão Logístico da Bda empenhada.
		CO 21 – Infraestrutura da Área de Operações	ser capaz de construir, adaptar ou reabilitar infraestruturas essenciais para a força desdobrada.	De acordo com as sucessivas prorrogações de ocupação da área deflagrada, foi necessário o apoio dos órgãos governamentais para a adaptação	Incrementar, por meio do COP ou CCj, as tratativas com o Estado, visando a adaptação ou reestruturação de instalações locais, que sirvam de apoio a tropa desdobrada,

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
	transporte estratégico.			de infraestruturas existentes, de modo a estabelecer bases temporárias no Complexos.	bem como com os seus próprios meios.
		CO 22 – Gestão e Coordenação Logística	ser capaz de planejar, monitorar e controlar o apoio logístico direta ou indiretamente relacionado com a sustentação da força desdobrada, permitindo a identificação antecipada e solução das suas necessidades logísticas.	A continuidade das ações requereu a não interrupção do planeamento, monitoramento e controle para as ações logísticas, de modo a manter a tropa empregada, ECD permanecer desdobrada nos Complexos.	Manutenção da estrutura de comando logístico, visando a garantia dos níveis satisfatórios de dotação orgânica das diferentes classes de suprimentos.
		CO 23 – Saúde nas Operações	ser capaz de realizar assistência sanitária adequada e oportuna. Inclui triagem, estabilização de pacientes, evacuação, diagnóstico, tratamento, hospitalização em campanha e medicina preventiva.	Embora a quantidade de confrontos com a F Adv, ocasionando baixas, ter sido mínima, constatou-se a necessidade de atendentes nas pequenas frações e enfermeiros e médicos no nível U e GU, além de instalações de saúde de campanha de modo a estabilizar possível vítima e conduzir ao HCE ou ao hospital estadual mais próximo da área.	Manter o nível de prontidão do pessoal, dos equipamentos e das instalações de saúde, de modo a realizar a assistência sanitária oportuna.
		CO 24 – Gestão de Recursos Financeiros	ser capaz de executar a gestão dos recursos financeiros da força empregada.	Grande volume de recursos financeiros foi alocado do governo federal para a Op Pac, constatando-se a necessidade de uma perfeita gestão destes numerários pelos escalões superior e enquadrante.	Não há. A Brigada tem condições de gerir esses recursos com o seu pessoal.
CMT 06 – INTEROP	ser capaz de operar com uma força constituída de maneira	CO 25 – Interoperabili	ser capaz de operar com uma força constituída de maneira	Inicialmente, houve emprego de blindados da MB e helicópteros da	Manter no nível COP ou CCj a coordenação das ações envolvendo as três Forças.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
ERABILIDADE	integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas, em ambiente interagências, em operações conjuntas ou em operações multinacionais, para o cumprimento das missões estabelecidas.	dade Conjunta	integrada, coordenada, harmônica e complementar com as demais Forças Armadas envolvidas em operações conjuntas.	FAB em apoio aos órgãos policiais do Estado RJ, na pacificação dos complexos.	
		CO 27 – Interoperabilidade Interagência	ser capaz de atuar com força constituída de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar, em ambiente interagências, para o cumprimento das missões estabelecidas.	A interoperabilidade com os OSP, MP, e demais agências estatais (CEG, Light, Comlurb, CEDAE, ...) foi largamente executada na Pacificação, potencializando as ações do “Braço Forte e da mão amiga”	Manter a interoperabilidade interagências, até o nível GU, de modo a potencializar as operações, bem como proporcionar melhores condições de bem-estar à população local.
CMT 07 – PROTEÇÃO	ser capaz de proteger o pessoal (combatente ou não), o material, as estruturas físicas e as informações contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais. São ações que preservam o poder do combate. As capacidades operativas que permitirão à Força ser capaz de realizar a proteção são:	CO 28 – Proteção ao Pessoal	ser capaz de proteger o pessoal (militar e civil) contra os efeitos das ações próprias, inimigas e naturais.	Em ações de GLO, especificamente contra o Crime Organizado (CO), é imprescindível a proteção pessoal dos militares e civis que atuam e residem no local, bem como das agências que trabalham na comunidade.	Continuar estabelecendo PBCVU, patrulhas a pé e Mtz, nas principais vias e vielas, em diferentes locais e horários, de modo a inibir a atuação da F Adv e aumentar a sensação de segurança no local.
		CO 29 – Proteção Física	ser capaz de proteger o material, as instalações e o território de qualquer ameaça à sua integridade em áreas definidas.	Com a grande quantidade e diversificação de MEM utilizados geralmente em Op GLO, associados as Estrt físicas de serviços essenciais (transporte, redes de energia, estações de distribuição de água, dentre outros) que normalmente se localizam nos arredores das comunidades, cresce de importância a proteção física desses ativos, de	Intensificar as ações de Intlg, de controle dos MEM, além de manter a proteção física desses meios e das instalações que abarcam os serviços essenciais da comunidade.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
				modo a não haver solução de continuidade no bom andamento das ações.	
		CO 30 – Segurança das Informações e Comunicações	ser capaz de fornecer proteção adequada, mantendo a integridade e a disponibilidade dos sistemas e das informações armazenadas, processadas ou transmitidas, por meio da implementação de medidas adequadas para viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações.	Nas ações de GLO, o elemento SURPRESA é necessário para o êxito nas Op. Assim, se faz importante a segurança das informações, tanto por meio físico como eletrônicos, de modo a assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações frente as F Adv.	Manter as Mdd de Inteligência, Contraineligência e de controles físicos (portas, trancas, paredes, blindagem, guardas, etc.) e lógicos (cifração, criptografia, assinatura digital, biometria, firewall, <i>Honeypot</i> , etc.)
CMT 08 – SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES	a superioridade de informações é traduzida por uma vantagem operativa derivada da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações aos comandantes em todos os níveis, ao mesmo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário	CO 31 – Guerra Eletrônica	ser capaz de desempenhar atividades que visam a desenvolver e a assegurar o emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas, proporcionando a segurança, liberdade de ação e o êxito no espaço de batalha.	Com o emprego inadequado dos meios de Com, principalmente em comunidades, a F Adv torna-se vulnerável ao emprego da GE pela F Pac, proporcionando tirar proveito das emissões adversas, bem como a segurança, liberdade de ação e o êxito no interior do terreno.	Manter, com o apoio do Esc Superior, as Mdd de Inteligência, Contra Inteligência e Proteção Eletrônica (MPE), como Anti-MAE, Anti-MAGE e Cibernética.
		CO 32 – Op Apoio a Informação	ser capaz de apoiar ou desenvolver processos e ações, em tempo de paz, crise ou conflito, para influenciar os	As Op Ap Info são essências no contexto do combate urbano e nas Aç GLO, tendo em vista a complexidade do ambiente	Incrementar, com o Ap do Esc Sup, as Op Ap Info, de modo a conquistar a população local para facilitar e obter êxito nas operações.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
	sobre o ambiente operacional. Permite o controle da dimensão informacional (espectros eletromagnético, cibernético e outros) por determinado tempo e lugar		diversos públicos existentes (hostil, amigo ou neutro), a fim de obter uma atitude positiva de nossas ações e inibir as percepções contrárias a nossa atuação, contribuindo para o sucesso nas operações.	operacional que requer a necessidade de influenciar os diversos públicos existentes (hostil, amigo ou neutro), a fim de obter uma atitude positiva de nossas ações e inibir as percepções contrárias a nossa atuação.	
		CO 33 – Comunicação Social	ser capaz de proporcionar ao Comandante, em todos os níveis de decisão, melhores condições de interatividade com as autoridades, a sociedade, a imprensa e o público interno para informar e obter liberdade de ação no emprego dos seus meios, enquanto atrai, motiva e mantém capital humano para a Força Terrestre.	O contato com autoridades, a imprensa local e, principalmente, os líderes comunitários, é extremamente importante para as Aç GLO, especificamente no interior de comunidades, de modo a obter liberdade de ação no emprego dos meios, enquanto atrai e motiva a tropa no seu emprego.	Intensificar as ações de Com Soc, com apoio do Esc Sup, interagindo com as Mdd implementadas pelo Estado com a sociedade e o Pub interno, de modo a incrementar a confiança entre os militares e os OSP com a comunidade local.
		CO 34 – Inteligência	ser capaz de proporcionar os conhecimentos necessários para apoiar os processos decisórios e para a proteção dos ativos da Força.	Em qualquer operação militar, a CO Intlg é fundamental, principalmente em GLO, onde a F Adv se confunde com a população local.	Incrementar mais Aç Intlg, com apoio do Esc Sup e dos OSP, para apoiar os processos decisórios dos Cmt em todos os níveis e para a proteção dos ativos da tropa empenhada.
CMT 09 – CIBERNÉTICA	ser capaz de realizar ações que envolvem as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para superar os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle	CO 35 – Exploração Cibernética	ser capaz de conduzir ações de busca ou coleta, nos Sistemas de Tecnologia da Informação de interesse, a fim de obter dados. Essas ações devem preferencialmente evitar o rastreamento e servir para a produção de	No combate urbano, especificamente em GLO, a CO Exp Ciber é importante para buscar e coletar dados da F Adv, bem como de rastrear e servir para a produção de conhecimento ou identificar as vulnerabilidades dos sistemas oponentes.	Manter a permanência da Exp Ciber, disponibilizada pelo Esc Sup, de modo a buscar e coletar dados do oponente, bem como de rastreá-lo para Idt suas vulnerabilidades.

CMT	Definição (Dfn)	CO	Conceito (Cct)	Justificativa	Recomendação
	(STIC3) do oponente e defender os próprios. Abrange, essencialmente, as ações de ataque, exploração e proteção cibernética. Essa capacidade mantém estreita ligação com a CO31 Segurança das Informações e Comunicações e com a CMT 08 Operações de Informação.		conhecimento ou identificar as vulnerabilidades desses sistemas.		
		CO 36 – Proteção Cibernética	ser capaz de conduzir ações para garantir o funcionamento dos nossos dispositivos computacionais, redes de computadores e de comunicações, incrementando as ações de Segurança, Defesa e Guerra Cibernética para neutralizar ataques e exploração cibernética em nossos meios. É uma atividade de caráter permanente.	Com o incremento da Guerra Ciber e a expansão de <i>hackers</i> em todo o mundo, cresce de importância a Ptç Ciber também em Aç GLO.	Manter a permanência da Ptç Ciber, disponibilizada pelo Esc Sup, de modo a garantir o funcionamento dos dispositivos computacionais, redes de computadores e de comunicações dos militares empenhados na operações.
		CO 37 – Ataque e Cibernético	ser capaz de conduzir ações para interromper, negar, degradar, corromper ou destruir informações ou sistemas computacionais armazenados em dispositivos e redes de computadores e de comunicações do oponente, contribuindo para o sucesso das operações.	Com a incipiente comunicação da F Adv, cresce de importância a CO Atq Ciber para êxito das Op, pois visa a interrupção, a degradação e a negação das Com, desorganizando o adversário.	Manter o Ap Ciber do Esc Sup, de modo a desorganizar o opositor e facilitar as ações da tropa empregada.

Quadro: Capacidades relacionadas às ações GLO

Fonte: O autor, extraído do CATÁLOGO DE CAPACIDADES DO EXÉRCITO

8 CONCLUSÃO

Com o término da Guerra Fria e a conseqüente inutilização dos planos operacionais fundamentados em Hipóteses de Emprego, as Forças Armadas, de uma maneira geral, incluindo as brasileiras, reformularam seus planejamentos se baseando em capacidades, de modo a atenderem, em melhores condições, as diversas incertezas de segurança e defesa existentes no mundo. Nesse contexto, a missão de pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha, que foi conferida ao Exército Brasileiro, trouxe diversos ensinamentos para tal fim, no tocante a preparação da tropa em operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Com base nos relatórios das Operações ARCANJO, pode-se concluir sinteticamente que, para a Doutrina Militar Terrestre (DMT), o nivelamento do conhecimento foi fundamental para que o EB obtivesse sucesso na área pacificada com as tropas que foram empregadas, conseguindo importantes feitos para a melhoria da instrução militar em GLO.

Dentre alguns desses legados da Pacificação, cabe citar a atualização da progressão em áreas confinadas, do emprego dos armamentos e equipamentos menos-letais e do acatamento às regras de engajamento, bem como a desenvoltura nos aspectos jurídicos, que propiciaram aos comandantes das pequenas frações tomarem decisões ágeis e oportunas à frente de suas tropas.

No atendimento as bases que norteiam as atividades de GLO, contextualizados no conceito de Segurança Integrada, verificou-se outro importante legado da ARCANJO que foi constatar que os planejamentos foram elaborados de maneira objetiva e eficaz, tendo a ativa participação dos OSP e a atuação integrada de todos os campos do Poder, evidenciada pelas diligências, econômicas, sociais e políticas encaminhadas para a área conturbada dos referidos complexos.

No trato com a população local, a Op ARCANJO se destacou pela limitação do emprego de medidas restritivas e pelo respeito dispensado a mesma, calcados nas regras de engajamento claras e objetivas, no princípio da proporcionalidade e no uso da “mão amiga” (acisos) e dos meios militares empregados, “braço forte”, aumentando, no decorrer da Operação, a confiança dos moradores na Força de Pacificação.

Por tudo o que foi apresentado e analisado no conteúdo deste trabalho, por meio dos relatórios disponibilizados e dos programas de adestramentos em ambiente

urbano, como o PAB/GLO (EB70-PP-11.012 - 2013) e com o PROGRAMA DE ESTÁGIO DE OP GLO PARA OFICIAIS, conclui-se que a F Pac trouxe diversos ensinamentos à DMT, os quais estão sendo aproveitados na preparação da F Ter para as Op GLO, observando que os Programas-Padrão de Instrução (PP), na parte de GLO, estão alinhados com o que vem sendo preconizado pelo CIOU, no tocante às capacidades requeridas para o emprego da Força nas missões com características urbanas.

A Operação ARCANJO constituiu em uma oportunidade histórica para que a F Ter viesse a confirmar aspectos relacionados ao seu preparo e emprego, assim como analisar fundamentos doutrinários previstos no Manual MD33-M-10 GLO. Além disso, permitiu adestrar os sistemas operacionais estabelecidos para atuação na área de segurança integrada em apoio aos OSP que, mais tarde, foram largamente empregados em grandes eventos como a Rio + 20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa do Mundo (2014), os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (JOP RIO 2016), na Op SÃO FRANCISCO (pacificação do complexo da Maré em 2017), culminando com a Intervenção Federal da Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro em 2018.

Por fim, no tocante às ações estratégicas baseadas nas capacidades do EB, o cenário visualizado para os próximos anos, principalmente em 2022 (eleições), revela peculiaridades no que concerne ao emprego da Força no País. Nesse contexto, o Exército Brasileiro saiu fortalecido da Operação ARCANJO e consciente da realização de seu trabalho, certificando-se como o principal ator e impositor na manutenção da Garantia da Lei e da Ordem em qualquer parte do território nacional, na defesa da pátria e na salvaguarda dos poderes constitucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. ME 21-59: **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME. Rio de Janeiro: ECEME, 2012b.**

BRASIL. EB20-C-07.001. **Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035.** Brasília: Estado-Maior do Exército, 2015

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**, Brasília, DF, 2012.
_____. Ministério da Defesa. MD 35-G-01: **Glossário das Forças Armadas**, Brasília, DF, 4ª Ed. 2007.

_____. Ministério da Defesa. Brigada de Infantaria Pára-quedista. **Relatório Final da Operação ARCANJO I**. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Ministério da Defesa. GUEs/9ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório Final da Operação ARCANJO II**. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Ministério da Defesa. GUEs/9ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório Final da Operação ARCANJO IV**. Rio de Janeiro. 2011.

_____. Ministério da Defesa. GUEs/9ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório Final da Operação ARCANJO VII**. Rio de Janeiro. 2012.

_____. Ministério da Defesa. Comando Militar do Leste. **Relatório Final da Operação ARCANJO**. Rio de Janeiro. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000b.

LAMPERT, JOÃO LUIZ DE ARAÚJO. **A Capacidade Operativa Proteção Integrada e o Emprego do Exército Brasileiro durante a Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

LIMA, Carlos Alberto de. **Os 583 dias da pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão**. 1ª edição. Agência 2ª Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

MENDES, C. A. K. **Considerações sobre a Força de Pacificação empregada no Rio de Janeiro**. Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares. v3, nº 27, 3º quadrimestre de 2012. ECEME: Rio de Janeiro.

MORAIS WEBER, Carlos Eduardo. **As Operações Químicas, Biológicas e Nucleares em apoio às Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

OLIVEIRA COSTA, Carlos Alexandre. **Os aspectos relevantes da participação da Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no conjunto de favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro – Operação ARCANJO**. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2012.

SILVA, Charles Domingues da. **Planejamento Baseado em Capacidades e suas perspectivas para o Exército Brasileiro**. In: Artigos Estratégicos, Vol. 7, n. 2. Brasília: Centro de Estudos do Exército, 2019.

RODRIGUES, M.G.V. **Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações.** Rio de Janeiro: EsAO, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires. **O Sistema de Inteligência do Exército na Garantia da Lei e da Ordem: a influência do conhecimento no processo decisório.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, 2004.